



FESTIVAL DE TEATRO AMADOR ELIETE FERNANDES

LANÇAMENTO ESPECIAL



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.59>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Dr. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 59 (jun. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 238 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.59

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

10 Educação & Literatura

Mirella Clerici Loayza

12 ENTRE LINHAS E LOUSAS

Bianca de Assis Pirahy

17 POIESIS

13 DESTAQUE Festival de Teatro Amador Eliete Fernandes

ARTIGOS

1. IMPACTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA GARANTIA DO SUCESSO DO BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO EM 2022 <i>Adriano Kiaku Mbuta Afonso Tunga</i>	19
2. DIFICULDADES EMOCIONAIS: SUPERANDO TRAUMAS E DIFICULDADES EMOCIONAIS NA EDUCAÇÃO <i>Angélica Rodrigues Valentin</i>	25
3. IMPACTO DAS MICROFINANÇAS NA ECONOMIA INFORMAL NO MUNICÍPIO DE MALANJE PROVÍNCIA DE MALANJE <i>Antônio da Silva Bige</i>	35
4. GESTÃO ESTRATÉGICA COMO INDICADOR DE DESEMPENHO POSITIVO E COMPETITIVO NAS EMPRESAS. O CASO DA EDIÇÕES NOVEMBRO, EMPRESA PÚBLICA 2023 <i>Bernarda Domingos Martins</i>	43
5. A IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES <i>Cristina Sena da Conceição</i>	49
6. PEDAGOGIA DA SAÚDE UMA PRÁTICA NECESSÁRIA <i>Edson da Conceição Graça</i>	55
7. TRABALHANDO A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Elisete Vicente da Silva Oliveira</i>	65
8. IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR <i>Fortuna Neto Figueiredo Vitangui</i>	83
9. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA: SEUS PRINCIPAIS MODELOS TEÓRICOS <i>Francisco de Assis / Nelito Antônio</i>	93
10. RODA DE CONVERSA <i>Girlene Nascimento da Silva Mantovani</i>	99
11. ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA: MODELO BASEADO EM RECURSOS (RBV) COM RETORNOS ACIMA DA MÉDIA, STAKEHOLDERS E LIDERANÇA ESTRATÉGICA <i>José Campos Kifuba</i>	107
12. RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA E ECOLÓGICA <i>Juliana da Silva Oliveira</i>	119
13. EDUCAÇÃO E LETRAMENTO: A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Juliana Guimarães de Sousa</i>	127
14. ESTIMA COMO FERRAMENTA PARA DIVULGAÇÃO DE MARCAS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS <i>Lígia Sandra Luquessa Nzandi</i>	133
15. TEATRO NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA PARA UMA EDUCAÇÃO DINÂMICA <i>Luzinete Bispo dos Santos</i>	141
16. A PROBLEMATIZAÇÃO DO BULLYING ATRAVÉS DO CINEMA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO E IMPACTO SOCIAL <i>Marcelo Santos de Mascarenhas</i>	151
17. MICROPLÁSTICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NAS ESCOLAS <i>Maria Aparecida da Silva</i>	159
18. TRANSTORNO E DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR <i>Mariangela de Jesus Chagas</i>	165
19. TABAGISMO E CIGARRO ELETRÔNICO: RISCOS À SAÚDE E ENVELHECIMENTO DA PELE <i>Marilena Wackler</i>	173
20. ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO NA DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO FACE ÀS DISPONIBILIDADES: CASO ENDIAMA (2021) <i>Mbengui Nzinga Daniel</i>	179
21. DESAFIOS DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS EXPATRIADAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA E CICLO DE ALFABETIZAÇÃO <i>Mirella Clerici Loayza</i>	183
22. O PAPEL DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS E ORGANIZACIONAIS <i>Muxima Ribeiro Joaquim Faustino</i>	193
23. GÊNERO, RAÇA E FRACASSO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DE GUACIRA LOPES LOURO E NILMA LINO GOMES <i>Solange Aparecida Silva</i>	203
24. PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TEORIA E PRÁTICA EM FOCO <i>Tânia Maria Pereira Castro</i>	211
25. ALIMENTAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CUIDADOS, VÍNCULOS E AUTONOMIA NA CRECHE SOB A ABORDAGEM PIKLER <i>Thais Maranhão Pereira Rodrigues</i>	217
26. O MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Viviane Marcia Santos de Mascarenhas</i>	227

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



TRABALHANDO A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELISETE VICENTE DA SILVA OLIVEIRA¹

RESUMO: O estudo em questão aborda a diversidade cultural, com foco na prática de respeitar o próximo e as suas diferenças, primando pelos valores e regras de convivência nas atividades diárias. A diversidade cultural está presente no contexto escolar, expressando-se nas diferentes formas de criação, produção, difusão e fruição das expressões culturais e entre as inúmeras formas de representação. É importante ressaltar que para o desenvolvimento dessa abordagem, é necessário ir além da constatação de contemplação e da mística que muitas vezes se faz em torno das diferenças existentes. A sociedade atual é intitulada de global, plural, diversa e marcada por uma conjuntura de conflitos, preconceitos e racismo dentre os diferentes grupos de diversidade cultural, problematizando o papel pedagógico desenvolvido pela escola para o trabalho com a diversidade sua proposta curricular no desenvolvimento dessa prática educativa. Desta forma, a pesquisa tem como cerne principal analisar como é trabalhada didaticamente a diversidade cultural na educação infantil.

Palavra-chave: Diversidade Cultural, Crianças, Escola, Educação Infantil

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje a palavra diversidade vem sendo empregada nos mais variados segmentos da sociedade, nos ambientes de trabalho, na televisão nos espaços de convivência, enfim em todo contexto social. Num tempo onde as transformações se processam a uma velocidade nunca antes vista, que as identidades se constituem múltiplas no espaço social, não abordar a temática da diversidade cultural no espaço educacional é permitir que a existência de diferenças entre os alunos possa leva-los á prática da intolerância, da discriminação, do constrangimento e muitas outras consequências do preconceito, ignorando uma realidade que subsidie a vontade desses ou daqueles. O termo diversidade cultural torna-se relevante a partir do momento em que a escola desenvolve uma prática pedagógica, que procura

atender a sua clientela igualmente aos mais colaborativos, dos que apresentam formas diferenciadas de apropriação de conhecimento, dos que vêm de famílias tradicionais e dos que se constituem de modelos diferenciados de formação familiar. Ao observamos mais de perto percebemos que são muitas as diferenças: Religião (católicos, evangélicos, espíritas, umbandista, budista, judeus, etc), tipos físicos (Altos, baixos, gordos, magros, bonitos, feios, etc), raça (Branco, negro, índio, pardo) e entre outras diferenças.com aquelas chamadas necessidades especiais portadores de deficiências auditiva, visual, cadeirante, etc. As de orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual) e geracional (jovens, adultos, idosos). Hoje o grande desafio para os educadores é saber lidar com as diferenças culturais e sociais no meio educacional. A cultura é algo que identifica um grupo de pessoas,

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Salesiana, UNISAL, SP. Licenciada em Artes pela Universidade Campos Salles, FICS. Pós-Graduada em Inclusão pela Campos Salles. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

norteando o comportamento que foi interiorizado ao longo do tempo, através da educação que foi transmitida pelo ambiente familiar marcando as diferenças entre nós e os outros.

Cada sociedade possui seu próprio sistema cultural e cada cultura planeja seu desenvolvimento e vive sua própria experiência. Assim, segundo Beleli (2009, p. 29), características de raça, costumes, religiosidade e sexualidade têm sido objeto de confronto e de todas as práticas que se desconheça, que a eles pareça estranha ou entre em contradições com aquilo se identifica como verdadeiro, é objeto de negação, exclusão, quando não de perseguição. Entendemos que é muito importante fazer uma análise sobre o que dizem os estudiosos a respeito da complexa relação que ocorre dentro da escola, tornando ainda mais evidente a necessidade de pesquisas voltadas para as questões sobre diversidade cultural, compreendendo que o espaço da escola, em muitos casos, tem se tornado um lugar de intolerância, de violência, de práticas de exclusão. Na verdade, a escola deve trabalhar de maneira contextualizada, voltada para o processo de interação e construção de diferenças no seu interior. Portanto, atualmente a temática da pluralidade cultural, adquiriu grande relevância na educação e, de modo especial na educação infantil. Para tanto, evidencia-se que as diferenças e identidades culturais têm sido mais aceitas, respeitadas, discutidas e problematizadas sistematicamente no interior da escola, mas ainda há muito que se discutir.

Na Educação Infantil brasileira, nota-se que o trabalho relacionado às diversidades se tornam primordiais para a qualidade do ensino. E esta concepção de trabalho nas instituições educacionais se faz necessário recorrer tanto à Constituição Federal Brasileira de 1988, como à Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96. Estas leis tiveram importante impacto, podendo contribuir na compreensão de que às instituições de educação infantil compete a tarefa de trabalhar de forma indissociável o cuidado da criança

pequena. Trabalhar com a diversidade cultural na Educação Infantil, denota-se como meio inseparável da identidade nacional e regional dos educandos, pois assim terá uma superação de preconceito e valorização das especificidades dos grupos existentes no ambiente educativo. Ao identificar essa diversidade cultural, étnico-racial, será mobilizado um saber para a construção de um currículo educacional. Oferecer espaços, materiais, brinquedos, que permitem as crianças se sentirem parte do contexto educacional nas brincadeiras e interações com as outras crianças fazem parte do processo do ensino e aprendizagem e esses espaços precisam atender às expectativas das crianças de forma que elas se reconheçam e construam uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento. A diversidade cultural está evidenciada

no contexto social, escolar, familiar e, entender que a sociedade não pode ser mudada pela unidade educacional, mas, na construção de projetos pedagógicos pode-se direcionar para que a diversidade cultural seja um ambiente de transformação em sala de aula o qual fará toda a diferença no processo de ensino para a criança.

Compreende-se que a educação tem sido entendida como um direito social e um processo de desenvolvimento humano, e tal política articula-se aos processos amplos da dinâmica do ambiente educacional, sem negligenciar nesse percurso a importância do papel social. Portanto, é fundamental não perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se realiza o ensino e aprendizagem, pelos aspectos organizacionais e, conseqüentemente, pela dinâmica com que se constroi o projeto político-pedagógico e se materializam os processos de organização e gestão da educação básica. Entende-se que a necessidade de valorizar e respeitar as demais culturas existentes no ambiente educacional e social, buscando a capacidade de se trabalhar as diversidades culturais, com crianças da Educação Infantil, abrirá caminhos para que as crianças usem o

conhecimento adquire para seu crescimento pessoal, e no seu processo do ensino e aprendizagem. É a escola que apresenta papel importante na promoção e valorização da diversidade, e nessa etapa de ensino, as crianças, terão a oportunidade de conhecer a diversidade cultural regional e do Brasil. A diversidade, representatividade, identidade e cultura devem ser discussões essenciais para a promoção de direitos e para a construção da individualidade na infância. E, o brincar pode ser o apoio nesta construção saudável dessa etapa educacional. Entende-se que, a diversidade cultural deve ser aprendida desde a infância, para que as crianças cresçam sem preconceitos e se desenvolvam emocionalmente. Além do que, é uma maneira de contribuir para a cultura do respeito, harmonia, paz, o que é importantíssimo para uma vida em sociedade.

DIVERSIDADE CULTURAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A cultura é tudo aquilo que inclui o conhecimento sobre crenças, arte, moral, costumes e todos os outros hábitos adquiridos na vivência social. Recebido como uma herança dentro de um grupo, a cultura em que foi socializado, herança de um longo processo acumulativo vivenciando por inúmeras gerações. Mas como processo de vivência o homem se constituiu enquanto produto e produtor de seu meio, se constituindo e constituindo críticas de recebidos e aprendidos, o que lhes permite inovações, simbologias outras que formam possíveis perpetuações e existência o meio social. A cultura é variável no tempo e vai se transformando na vivência e no processo de comunicação e transmissão de sua existência. Elementos como modo de agir, vestir, caminhar, comer se alteram diante das novas necessidades constituídas entre as gerações, estas localizadas em um tempo e espaço de vivência, produzindo bem-estar para alguns e para outros uma metamorfose imposta e, portanto, de grande violência simbólica. Alguns grupos podem vir a sofrer com a cultura ou melhor, com a imposição de padrões e normas de vivência estabelecidas

para com o outro. A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças. Segundo Morin (2001, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Diante da diversidade de culturas dentro de diversas culturas é de competência do professor, ter objetivos claros e resultados que pretendem alcançar com uma atividade para que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes. O trabalho diversificado envolve atividades realizadas em grupos ou individualmente previamente planejadas ou de livre escolha por aluno ou professor. Salientando, que diversificar não significa formar grupos homogêneos com as mesmas dificuldades, mas a diversidade existente no grupo favorecerá a troca de experiência e o crescimento de cada um. Em função dessa perspectiva, pode-se dizer que o sistema educacional deve constituir-se de metodologias socializadoras, civilizatórias, de formação de sujeitos no nosso ponto de vista de se tornarem agentes de amparo e de proteção aos processos de normalização social. Para Vygotsky, "as crianças são o resultado de suas experiências e da troca com o outro". Para compreender seu desenvolvimento é preciso considerar o espaço em que elas vivem, a maneira que constroem significados nessa perspectiva, a educação funciona como instituição normalizadora dos padrões de sociabilidade, imprimindo e constituindo identidades sociais, objetivando desenvolver cidadãos críticos e influentes numa definida sociedade. A escola enquanto campo social produtor e reproduzidor de cultura se estabelece em lócus excepcional de um conjunto de

atividades que de maneira sistemática continuada e ordenada, contesta pela formação primitiva da pessoa, situando-lhe frente ao mundo social. Conforme Perrenoud (2000, p. 90), aborda que enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura da comunidade significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção. Cabe a escola, lugar por dignidade de sistematização dos conhecimentos determinados pelo meio social, praticar e ampliar uma pedagogia de participação e de democracia, constituída no diálogo e na historicidade do ser humano, que compreenda conteúdos, metodologias, valores, costumes e procedimentos dirigindo para concepção, solicitação e defesa dos direitos humanos, assim como para a sua retaliação em casos de violação. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006, p. 32):

A escola no âmbito específico de sua atuação, pode contribuir para a realização de ações educativas que visem fomentar/estimular/promover a cultura dos direitos humanos mediante o exercício de práticas educativas de promoção e fortalecimento dos direitos humanos no espaço escolar, ajudando a construir uma rede de apoio para enfrentamento de todas as formas de discriminação e violação dos direitos.

Neste contexto, o espaço escola adota e desenvolve projetos e programas educacionais e culturais, com ajuda das redes de assistência e de proteção social, que visam a promoção de uma cultura de paz e precaução e o enfrentamento das mais variadas formas de violência existentes. Tendo como finalidade o combate a atitudes e condutas inflexíveis e preconceituosas contra grupos ou indivíduos vulneráveis ou em situação de risco pessoal e social, deve ser incluído na escola, em seu currículo a problemática da diversidade sociocultural. Na busca por uma mudança na área educacional, a interdisciplinaridade é imprescindível no processo de se trabalhar a diversidade cultural. O termo interdisciplinaridade se coloca na multiplicidade e sentidos ao termo. Segundo Barbosa (1985:19), resgata a ideia de totalidade para o conhecimento:

Historicamente podemos apontar como fundamento da interdisciplinaridade a ideia de totalidade, paulatinamente substituída pela ideia do interrelacionamento do conhecimento. Inter-relacionar as diversas disciplinas para atingir a compreensão orgânica do conhecimento, ou abarcar a globalidade do conhecimento, foi uma intenção educacional defendida primeiramente pelas teorias humanísticas da educação. Para algumas destas teorias, sendo o homem um ser total, global, deveria ser conduzido à busca do conhecimento total, global do universo. Posteriormente também alguns behavioristas defenderam esta ideia de procura e transmissão globalizada do conhecimento, porque esta globalidade corresponderia à simplificação do meio ambiente recomendável para sua fácil manipulação, no sentido de conduzir o comportamento humano.

No que se refere à ideia de unidade e multiplicidade do ser humano, considera-se que o homem é ao mesmo tempo singular e múltiplo. Para Morim (2001) existem duas tendências que envolve esta afirmativa: os que veem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou ocultar a unidade humana; os que veem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Há uma série de práticas imediatistas e mecânica no interior da escola por falta de entendimento por parte dos professores em relação à interdisciplinaridade, mesmo sabendo da importância, têm dificuldades em traduzi-la em prática concreta e fundamentada. É preciso entender, também, que o conhecimento interdisciplinar não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber escolar e se fortalece na medida em que ganha a amplitude da vida social. Nesse sentido a interdisciplinaridade estimula a competência do educador, apresentando-se como possibilidade de reorganização do saber para a produção de um novo conhecimento.

Vê-se então, a necessidade de verificar a importância de se organizar no ambiente educacional uma forma de aprendizagem com ensino voltado para as diversas culturas brasileiras, pois é de fundamental importância trabalhar com as crianças, as culturas dos povos

indígenas, os quais constituíram e constituem nossa população brasileira, com os africanos, trazidos para nosso país a força, como escravos, e os portugueses que colonizaram a nação. CARDOSO (2004) observa que como peixe já nasce pronto, pequenino já sabe nadar, assim seria com o ser humano, mas não é bem assim: filho de humano não nasce um humano pronto. Precisa adquirir as características mais profundas dos humanos. Para ser educado é necessário um período mais longo para alcançar o objetivo.

Uma das características que os humanos adquirem pela educação e que, portanto os animais não têm – é a individualidade, ou seja, a capacidade de pensar e viver de modo diferente uns dos outros. Enquanto cada espécie de animal tem comportamentos muito parecidos, nós valorizamos nossa identidade pessoal e de grupo, amamos a liberdade e nos sentimos muito infelizes quando nos impedem de expressar nossos sentimentos e ideias. São valores profundamente humanos. (CARDOSO, 2004. p. 12-13).

Sua observação continua que, a educação na diversidade está preocupada com esses valores, com a relação respeitosa e solidária entre pessoas, com uma atenção especial ao exercício da convivência com as diferenças. Que o educar na diversidade é ensinar e aprender junto às crianças, convivendo com pessoas, com destaque às diferenças físicas, sociais e culturais. Ele enfatiza que isso requer um esforço e uma grande vontade de transformar a sociedade e nós mesmos, pois na educação tradicional, o plano ético era centrado no respeito ao próximo e ao semelhante, no entanto, a educação para a diversidade prioriza o respeito entre todos trabalhando com valores e conceitos, tipo: tolerância verso intolerância, preconceito verso diversidade.

Falar sobre diversidade não pode ser só um exercício de perceber os diferentes, de tolerar o “outro”. Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença é preciso explicar como essa diferença é produzida e quais são jogos de poder estabelecido por ela. Como nos alerta Tomaz Tadeu da Silva (2000), a diversidade biológica pode ser um produto da natureza, mas o mesmo

não se pode dizer sobre a diversidade cultural, pois, de acordo com autor, a diversidade cultural não é um ponto de origem, ela é em vez disso um processo conduzido pelas relações de poderes constitutivos da sociedade que estabelece “outro” diferente do “eu” e “eu” diferente do “outro” como uma forma de exclusão e marginalização. Uma ação pedagógica realmente pautada na diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Tem obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença, ela coloca em seu centro uma teoria que permita não só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela discursivamente está constituída.

Ao tratar a questão da diversidade cultural, Anete Abramovicz (2006) diz que todo o brasileiro vive uma situação, no mínimo, inusitada. De um lado, há o discurso de que nós somos um povo único, fruto de um intenso processo de miscigenação e mestiçagem, que gerou uma nação singular com indivíduos culturalmente diversificados. De outro, vivenciamos em nossas relações cotidianas inúmeras práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, como, as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes. Na atualidade mesmo com manutenção de vários padrões de comportamento, de beleza, os documentos relacionados à educação brasileira outorgam que somos um país construído tendo por base a diversidade cultural. Devemos entender que é com o outro, pelo outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio entre outros começam a se construir nesse período. O Referencial Curricular para a Educação Infantil considera que educar é:

Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades

infantis, de relação interpessoal de ser e estar com o outro, em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças ao conhecimento mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23).

Podemos, dessa forma, dizer que em todas as dimensões, cuidar é educar e essa é uma tarefa árdua e constante na Educação Infantil, como também em outras fases.

TRABALHANDO A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conceitua-se Educação Infantil à educação da criança de zero a seis anos e, qualitativamente, é distinto do vocábulo educação pré-escolar, tão usado, mas inadequado, impreciso, limitado e excludente. Educação pré-escolar, em outras palavras, possui um referencial fundamentalmente escolar, como se essa fase da vida se referisse tão somente a uma preparação para a escola, quando não é bem assim. Exclui, desta forma, do processo educacional, as crianças que não estão ou estarão frequentando uma escola nessa fase da vida. No Brasil, nesta faixa etária há mais crianças fora da escola ou de qualquer ingresso a programas alternativos de atendimento (SOUSA, 1998).

As instituições infantis, ao longo de décadas, têm apresentado confusão em relação a cuidar e educar. Cuidar remete à ideia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Desta forma, há uma predominante tendência de se entender o cuidar e educar como simples associação de duas diferentes funções: uma referente ao zelo por boa alimentação, garantia física e cuidados com higiene e saúde; outra, envolvida com o repasse de conhecimentos e regras de comportamento, além do cumprimento de regras pelos futuros cidadãos. Entretanto, a função destes dois termos parece distante da ideia de que o cuidar e o educar são princípios indissociáveis (BRASIL, 1998).

Cuidar e educar é penetrar na ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão conjunta do desenvolvimento da criança

com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade próprios da infância. Deste modo, o educador deve estar em firme estado de observação e cuidado para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, norteadas por regras.

O cuidar e educar é papel da escola, e neste cenário a escola não pode se desvincular da realidade na qual está inserida, um contexto de diversidade. Como afirma Barbosa (2009, p.12),

A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais.

Assim, dentro da amplitude da proposta de inclusão, de respeito às diferenças, devem ser priorizados conceitos fundamentais na formação da criança, de modo a levá-la a reflexão. Importa então, ressaltar que o conceito de diversidade como qualidade do que é diferente; aquilo que consegue distinguir uma coisa de outra; ausência de igualdade ou de semelhança; alteração digna de atenção, de reparo; modificação; mutação; característica do que é diferente; distinção, disparidade; falta de harmonia; divergência; falta de equidade; desproporção (HOUAISS, 2010).

A escola tem uma clientela composta por vários grupos étnicos com seus hábitos, seus ritos e sua fé. Historicamente falando, a escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens.

Nota-se que é necessário um verdadeiro e genuíno esforço para se entender, aceitar e valorizar a diversidade, uma vez que se vive em sociedade que conserva (pré) conceitos historicamente fossilizados sobre, praticamente, quase tudo, a exemplo, do negro, índio, pobre, deficiente físico, deficiente mental, nordestino, homossexual, empregada doméstica, gordo, idoso entre outros.

Ribeiro (2002, p. 150) questiona:

Crianças brasileiras de todas as origens étnico-raciais têm direito ao conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro-africanas. Jovens e adultos têm o mesmo direito. Nas universidades brasileiras, procure, nos departamentos as disciplinas que informam sobre a África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo, e de nós mesmos?

Lidar com a diversidade, na Educação Infantil, requer cuidados e observações incessantes, já que não se deve esperar que a criança cresça para começar então a ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas no ambiente escolar. Esse ensino deve ser aplicado desde os primeiros anos de escolaridade.

Apesar do termo preconceito, considerado como um ato pensado, elaborado e praticado não só por adultos, mas também na fase infantil, porque nem mesmo as crianças estão excluídas de utilizar-se das inúmeras formas de discriminação, convém, desde cedo ir explicando o significado de preconceito e o combate ao mesmo, afinal, a hipocrisia deve ser deixado de lado e, fundamentalmente, deve-se fazer com que a criança cresça sabendo que todos os homens, apesar da raça, cor, deficiência física, idade, todos são iguais e possuem os mesmos direitos. Ao invés de transformar a escola em reprodutora da própria discriminação, deve fazer com que a mesma busque propostas pedagógicas para se contrapor à tão terrível malefício, a discriminação.

Preconceitos, rótulos, discriminação. É inevitável: desde muito cedo, os pequenos entram em contato com esses discursos negativos. Para que eles saibam lidar com a diferença com sensibilidade e equilíbrio, é preciso que tenham familiaridade com a diversidade - e não apenas em projetos com duração definida ou em datas comemorativas, como ainda é habitual em vários lugares. Outra recomendação importante é que a questão não seja tratada como um conteúdo específico (o que invalida propostas do tipo "bom, turminha, agora vamos todos entender por que é importante respeitar as diferenças") (MARTINS, 2009, p. 61).

O correto é que todo educador reflita sobre o valor de propiciar ao seu aluno um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, ajudando a formar cidadãos mais educados e respeitosos que se preocupam com os outros, possuindo o espírito de coletividade.

Alonso (2009 *apud* MARTINS, 2009, p. 61) refere que "O convívio cotidiano é a forma mais eficaz de trabalhar comportamentos e atitudes", portanto se deve abordar o tema de jeito natural, inserindo-o em práticas diárias, como brincadeiras, leitura e música. Manter-se na letargia, na acomodação, tornando-se um ser indiferente às diferenças existentes é que não deve ser o papel do educador, muito pelo contrário, deve sim conseguir estabelecer relações de igualdade entre seus alunos, sendo, dessa forma, apto para receber e acolher as diferenças. Pois é, justamente, partindo do reconhecimento da diversidade que se devem traçar as táticas pedagógicas, definir os métodos, os acessos, as metodologias que não podem ser tão rígidos, já que existem tantos caminhos pedagógicos a reconhecer. Depreende-se então que a essência para o estabelecimento de relações de igualdade é uma das funções do educador, independente do seu pertencimento étnico racial, crença religiosa ou posição política, o qual deverá oportunizar condições para que sejam acolhidas e respeitadas as vivências e diferenças de cada educando, para que este consiga estabelecer relações entre o contexto em que vive e o seu ambiente escolar.

Conforme observa o texto do documento sobre pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1997, p. 15), "saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira".

PLURALIDADE CULTURAL PRESENTE NOS PCN'S

Hoje, a sociedade está vivenciando, mais conscientemente, a importância das experiências na primeira infância, o que tem motivado demandas por uma educação institucional para

crianças com faixa etária compreendida entre zero e seis anos.

A sociedade civil e órgãos governamentais, nessa direção, têm se movimentado com vistas ao atendimento às crianças de zero a seis e que o mesmo seja reconhecido na Constituição Federal de 1988. Conseguiu-se, desta forma, que a educação infantil em creches e pré-escolas seja, do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança, conforme está apregoado no Art. 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, datado de 1990, ressalta inclusive o direito da criança a este atendimento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996, institui, de forma decisiva a conexão entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação.

Conforme a LDBEN (BRASIL, 1998) e levando-se em consideração seu papel e sua responsabilidade na indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, por meio deste documento, um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Tecendo comentários sobre a criança, o RCNEI (BRASIL, 1998) faz a seguinte alusão: Compreender, conhecer e reconhecer o jeito peculiar das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos originados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, entre outros, possam ser de suma importância para desvelar o universo infantil assinalando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Já, quando se refere a Educar, o Referencial, em apreço, referenda que educar significa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, norteadas de forma integrada e que colaborem para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação,

respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais vastos da realidade social e cultural. Acredita-se assim que, neste norte, a educação poderá servir de auxílio para o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas e, por conseguinte contribuirá para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998).

Sobre o Cuidar, o Referencial Curricular apresenta vários enfoques, mas, neste trabalho, aprouve salientar o seguinte comentário: “Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado” (BRASIL, 1998, p. 25).

Acerca de Diversidade e Individualidade, ao se considerar que as crianças apresentam diferenças entre si, conduz-se o educador a propiciar uma educação com bases em condições de aprendizagem que leve em consideração suas necessidades e ritmos.

Essas interações promovem avanços naquilo que a criança é capaz de realizar com a ajuda dos outros, ou seja, no seu desenvolvimento potencial. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pela distinção que apresenta, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural (BRASIL, 1998).

Ao aludir a Educar crianças com necessidades especiais, o RCNEI relata que uma ação educativa, empenhada na promoção da cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, essencialmente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não apenas as várias culturas, os hábitos, os costumes, mas também as competências, as particularidades de cada um (BRASIL, 1998).

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que têm aptidões e competências distintas, que possuem expressões culturais e marcas sociais peculiares, é qualidade precisa para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade, a equidade e a solidariedade. A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Já as crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças só trará benefícios na medida em que representa uma inclusão, verdadeiramente, no universo social e beneficia o desenvolvimento e a aprendizagem, possibilitando a criação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade (BRASIL, 1998).

Segundo o que discute o RCNEI, em seus três volumes, a proposta para educação infantil deve contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo assim a construção de conceitos e posturas de respeito às diferenças.

Interessadas, mais especificamente, em refletir acerca dos discursos e dos sentidos que constroem o tema da Pluralidade Cultural nos PCNs, lançamos mão do conceito de heterogeneidade discursiva operacionalizado por Authier-Revuz (1982, 1998). Esta introduz a distinção entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. Na primeira delas, a presença de outros discursos não é marcada em superfície, embora o debate com a alteridade seja intrínseco a qualquer manifestação verbal. No caso da heterogeneidade mostrada, podemos localizar a presença de discursos atribuídos a outras fontes enunciativas. Esses discursos outros, por sua vez, recuperáveis no plano da heterogeneidade mostrada, podem apresentar-se como formas explícitas, tal como o uso do discurso direto, ou como formas não marcadas como, por exemplo, a recorrência à ironia.

O tema da pluralidade cultural aborda conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais, incentivando o convívio dos diversos grupos e fazer dessa característica um fator de enriquecimento social e cultural. A escola tem um papel fundamental nesse processo, o papel de uma instituição formadora de pessoas que tendem a agir de acordo com o conjunto de disposições na qual foram socializados, cabendo a esta o papel desafiador de formar indivíduos ou disposições que constituam a diferença um traço da existência social. Ao analisar a temática da pluralidade cultural é necessário lembrar que as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo do tempo e de acordo com suas experiência e relações com meio e com outros grupos sociais. De acordo com os PCNs (Brasil, 2000).

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com os outros grupos, na produção de conhecimento etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social.

Apesar da discriminação da injustiça e do preconceito que contradizem os princípios da dignidade, do respeito e da justiça, a nossa sociedade tem produzido também experiências de convívio no processo de reelaboração das culturas de origem, propondo uma sociedade onde cada cidadão pode ser reconhecido em sua diferença. O desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da formação da identidade nacional, e ter conhecimento da riqueza representada por essa diversidade étnica e cultural que compõem o patrimônio brasileiro. Atualmente, o papel da escola vai muito além de ensinar Matemática, Português, Ciências, História e Geografia. A escola é uma das grandes responsáveis pela formação do cidadão, preparando o educando para interagir na sociedade, de maneira ética e responsável. Para aprimorar a formação cidadã foram inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) os

TEMAS TRANSVERSAIS, TORNANDO OBRIGATÓRIA A SUA INCLUSÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR, DE FORMA TRANSVERSAL.

Dessa forma, os Temas Transversais propõem uma educação mais comprometida com a cidadania do seu povo, reforçando o texto da Constituição Federal, principalmente nos artigos 1º e 2º, os quais estabelecem princípios fundamentais para viver com dignidade, igualdade e responsabilidade social. Porém, constar nos PCNs não é suficiente para, de fato, surtir efeitos reais na sociedade. É fundamental que as mudanças e as práticas democráticas, realmente, aconteçam inicialmente no ambiente escolar, na sequência estenda-se à sociedade em geral. A educação enquanto instituição social é capaz de combater a discriminação que se manifestam em ações e palavra, sendo necessário se revisar suas ideologias formadas para que isso aconteça, é necessária uma análise por parte da escola de suas relações, práticas e valores instituídos. Assim será necessários o envolvimento e a mobilização de professores, alunos, juntamente com a comunidade e os demais membros da instituição escolar, para que reflitam acerca dos seus conceitos e seus valores de modo que, suas concepções não se justificam no tempo presente. Sendo assim a temática pluralidade cultural proporciona o enriquecimento na prática pedagógica escolar, assim como um compromisso étnico de colaborar para com as modificações essenciais à construção de uma sociedade mais justa. Ter reconhecimento e saber estimar a diversidade cultural, saber operar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, trazendo a plenitude da cidadania para todos, sendo assim, para vivermos em uma sociedade plural é preciso saber ter respeito por grupos e culturas que constituem a nossa sociedade.

O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Conforme Vinha (1999), para a criança, a construção da inteligência se dá a partir da interação com o meio e desta mesma forma

ocorre a construção da moralidade. A constituição dos valores, o desenvolvimento moral, ocorre a partir da interação da criança com pessoas e situações. Não existe moral sem o outro. A moral, notadamente, envolve o outro, porque diz respeito a regras, ou normas, como as pessoas devem agir perante o outro. A construção dos valores se dá a partir das experiências com o outro.

Seguindo este pensamento, surge um desafio: como trabalhar a interlocução de temas como respeito, solidariedade, aceitação das diferenças, temas tão relevantes com crianças e adolescentes? É possível que evitar os extremos já seja um bom começo. Os extremos a que se faz referência envolvem atitudes conscientes ou não de repressão e autoritarismo (onde as crianças são oprimidas e "pisoteadas"), e, por outro lado, quando não existe o autoritarismo, parte-se para o extremo de se dar liberdade absoluta e irrestrita onde crianças de pouca idade mandam nos de trinta anos (SCHEMES, 2008). Este mesmo autor orienta no sentido de que "se faz necessário olhar os nossos alunos não como meros expectadores, mas como protagonistas dos valores, da paz, da construção histórica de uma sociedade mais humanizada, digna, justa e solidária" (SCHEMES, 2008, p. 1).

Pelo fato de que cada ser humano é único, tem sua forma de agir, viver em sociedade não é uma tarefa fácil, pois são distintas as personalidades de cada pessoa e cada um pensa e age como bem entende. A maioria pensa apenas em si mesmo, sem se importar com os demais, porém é importante lembrar que ser diferente não pode ser superior à própria essência do ser humano (DAMASCENO JÚNIOR, 2010).

Vê-se que é urgente pensar e produzir materiais didáticos que abordem os temas: ética e cidadania, educação e orientação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas e prevenção à violência dentro das unidades escolares, respeito pelas diferenças, entre outros (SCHEME, 2008).

Em seu Art. 4º, a Resolução CNE/CEB Nº 5, de julho de 2009 – Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil reza:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Nota-se que a humanização do currículo evidencia-se, no artigo supracitado, e fica claro também que se prega a mudança da educação e a necessidade da interação do professor com o aluno no contexto da sala de aula, fazendo entender que ensinar nos dias de hoje, é uma tarefa complexa e requer intencionalidade, prontidão, além de um contexto sócio afetivo, propenso a essa empreitada. Dentro dessas fundamentações, nas entrelinhas, subentende-se que o professor deve ser um educador e não um opressor, como em outras épocas.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, o Art. 6º refere que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos e, remetendo à temática deste trabalho científico, citar-se-á o Princípio Ético que assim verbaliza: “1 – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. (Grifo nosso).

A inclusão e a diversidade na educação básica foram componentes dos eixos temáticos da Conferência Nacional de Educação Básica, que aconteceu de 14 a 18 de abril de 2010, em Brasília. Gestores municipais e estaduais e setores pertinentes à educação discutiram as políticas públicas acerca desta temática e ofereceram contribuições as quais poderão fortalecer ações e programas de educação para a diversidade (MACHADO, 2009).

De acordo com Lázaro (2009 apud MACHADO, 2009, p. 1):

A educação brasileira ainda não incorporou solidamente o valor da diversidade como fator pedagógico e afirmativo, pois uma criança cuja crença religiosa familiar é ridicularizada em sala de aula não se sente acolhida e, portanto, não desfruta das condições necessárias para aprender, exemplifica.

É, desta forma, que a escola deixa de ser o atrativo esperado pela criança e, assim, aos poucos, a mesma vai provocando a exclusão do alunado. Sair do aconchego do lar para adentrar em um lugar discriminatório não é o que se espera da escola, pois o espaço escolar não deve ser punitivo, classificatório e excludente, uma vez que o papel da escola é o de promover crescimento, desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, socializar experiências, perpetuar e construir cultura.

Gomes (2008) convida a refletir sobre o tempo e o espaço escolar, condicionados e cristalizados, onde parece ser impossível a flexibilização dos mesmos. Esta concepção de escola apresenta uma estrutura inútil, uma vez que muitos problemas crônicos talvez pudessem ser amenizados ou mesmo resolvidos caso se voltasse o olhar para o tempo e a arquitetura da escola, com vistas a uma escola democrática e um currículo que contemple a diversidade.

É importante que se apregoa aqui o Art. 8º das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, quando assim promulga:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (Grifo nosso).

Comenta-se sobre um currículo democrático, fala-se mais ainda sobre humanização e vem se dando um enfoque todo especial ao respeito à diversidade cultural. Até se entende com tudo isto que se quer viver uma democracia participativa, onde se interaja, visando a uma melhor qualidade de vida para todos.

Perrenoud (2000, p. 90), aborda que “enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura da comunidade significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção”. Tal abordagem é amparada pela Constituição Federal no seu Art. 210 que assim reza: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (Grifo nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que incorpora e realiza os preceitos da Constituição Federal, no seu Art. 2º, refere: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Grifo nosso).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que se compõem de orientações do governo, através do Ministério da Educação (MEC), no que tange a estabelecer uma direção no processo de formação humana dos projetos de escolarização do Sistema Nacional de Educação, em especial para o ensino fundamental, em sua introdução, assim se expressa:

Não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos de especializações tradicionais, mas antes se trata de ter em vista a formação em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. Isso coloca novas demandas para a escola (BRASIL, 1997, p. 34).

Depreende-se, pois, que educar plenamente é educar em todas as dimensões do

ser humano: social, emocional, física, intelectual, moral, espiritual. É, portanto, a participação da escola na formação do cidadão para a vida pessoal, social e produtiva e não apenas fazer como a escola vem fazendo, limitando-se à instrução formal e à disciplina do aluno para as atividades escolares.

Uma pergunta que pode ser feita é: Que tipos de relações estão sendo postas ou impostas na sociedade? Esta questão não é pertinente apenas a uma área do conhecimento fragmentado no currículo, mas deve estar anexada ao fundamento epistemológico de cada disciplina. Urge pensar a educação para uma cultura de paz como um tema multidisciplinar, e não apenas como um projeto isolado e fragmentado. O que se deve pretender é causar uma mudança na formação dos valores até então concebidos. É, sem dúvida, um processo moroso, porém deve ser contínuo e sistemático. Essa mudança deve estar na raiz da constituição de valores. Ter estrutura teórica é fundamental para saber o caminho que queremos seguir e onde desejamos chegar. Quanto mais intensa for a fundamentação teórica mais intencional será a prática (SCHEMES, 2008).

Partindo da compreensão de que o ensino deva contribuir com o desenvolvimento pleno, ou seja, de todas as capacidades que o ser humano necessita para intervir na sociedade, os conteúdos curriculares deverão sempre ser tratados como os meios para conhecer ou responder às questões postas pela realidade experiencial dos alunos.

Tomada como referencial para a teoria e a prática do currículo, possivelmente, essa dimensão traz, em seu bojo, um significado crítico-transformador para a prática educativa. Essa é a perspectiva que se delinea em termos da autonomia do ser humano, condição de sujeito capaz de lutar por sua liberdade e autodeterminação mesmo numa conjuntura de crescente usurpação dessas capacidades antropológicas (BRAGA, s/d).

O ato de aprender é um processo que ocorre dentro de cada homem, sendo ele eficaz

quando é desenvolvido pelo próprio homem; e ineficaz quando não há estímulos para que este não se desenvolva. Goulart (2002, p. 55) corrobora, com o que ora foi exposto, ao afirmar que “o processo de aprendizagem [...] existe dentro do indivíduo”. Portanto, o processo de humanização do currículo escolar só trará benefícios ao educando e, conseqüentemente, à sociedade, como um todo.

Um currículo humanizado evitará o que até hoje é vivenciado na escola, pois sempre foi assim: a educação tendo início no ambiente familiar e (re)organizando-se no cotidiano de cada sociedade.

Desta forma, identificam-se diferenças no processo educacional, pois existe, de fato, uma divisão de classes que, praticamente, assim se apresenta, a burguesia, que pode ser vista como a classe autoritária e o proletariado que se apresenta como a classe subordinada. A classe autoritária exerce, na sociedade, diversas ideologias, alienando os demais membros. Tal fato vai de encontro à função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 7º, no seu capítulo V, declara a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (Grifo nosso). Apenas o potencial contra ideológico, utilizando-se do uso da crítica e práxis, inserido no currículo humanizado, é possível de promover a libertação da educação das massificantes opressões.

Freire (1987) aponta para o papel do homem e da escola na construção de uma sociedade conscientizadora e libertadora, quando contrapõe ao verdadeiro e almejado modelo educacional os opressores (educadores) que têm finalidade somente de educar; do outro, os oprimidos (educandos) que são apenas educados como convém aos opressores. Ou seja, mantendo a divisão entre os oprimidos e opressores.

Convém enfatizar o papel do pedagogo, bem como outros profissionais que, engajados na efetivação da aplicação do currículo humanizado, poderão participar, de forma significativa, para a libertação e a formulação de novas propostas pedagógicas sobre temas de grande importância na realidade brasileira, como é a questão da educação humanizada e da inclusão da diversidade (GOMES, 2008; BRASIL, 1998).

A educação só será, verdadeiramente, livre quando deixar de priorizar as elites e o indivíduo tornar-se agente de seu próprio destino, tanto pessoal como social, a fim de erigir um mundo socializado com possibilidades de transmitir valores.

O PROFESSOR PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

Podemos dizer que trabalhar com a diversidade é mais comum, é a própria vivência social e em hipótese alguma deve ser recusada dentro da dinâmica educativa. A escola moderna insere num conjunto de modificações sociais, econômicas e políticas de extensa duração dirigidas por um sistema social e histórico. Antigamente a escola era reconhecida como um dos únicos locais onde o processo ensino-aprendizagem ocorria, sendo a figura do professor de extrema relevância, pois ele era o responsável pelo ato de ensinar. Era dele a missão de ensinar a ler, a escrever, a somar, multiplicar. As responsabilidades ligadas ao processo de ensino cabiam aos professores e as responsabilidades ligadas à educação eram da família, de acordo com normas e valores estabelecidos pela igreja. No contexto atual marcado por grandes evoluções na sociedade, principalmente de caráter científicos e tecnológicos requerem mudanças na escola, especialmente na atuação do professor, que ao longo dos anos vem sentindo que sua profissão está perdendo a identidade. É necessário resgatar a função fundamental do professor enquanto agente formador que oportuniza a formação e transformação dos alunos, desenvolvendo neles o espírito crítico e a cidadania.

O professor precisa se conscientizar de seu papel frente à realidade social, econômica, tecnológica está ocorrendo na atualidade. Estamos vivendo no mundo da globalização, o que torna as coisas fora da escola muito mais atraentes, pois esta ainda continua ministrando aulas desinteressantes e maçantes, que em nada oportunizam ao aluno a reflexão e o desenvolvimento do senso crítico. A influência do mundo globalizado recai diretamente sobre os processos de ensino, pois o conhecimento ocorre em conjunto com a influência da mídia, das tecnologias e até mesmo com as influências da sociedade, exigindo muito mais do professor que precisa propiciar aos alunos situações que possam estimular e motivar o desejo de aprender, levando-os a reconhecer a importância e utilidade da busca pelo conhecimento. Assim, precisa utilizar-se de metodologias diferenciadas que surpreendam os alunos, que os encante para o desenvolvimento do assunto a ser desenvolvido, pois é necessário reconhecer que somente o fato de o professor falar e de o aluno escutar não significa que ocorreu aprendizagem. Porém, de nada adianta ao professor utilizar-se de estratégias diferenciadas, de tecnologias variadas se ele não conseguir atrair a atenção dos alunos especialmente para o ensino. Segundo Freire (1987), a essência da educação como prática da liberdade se funda no diálogo com o outro. O diálogo é uma exigência existencial, não é o silêncio que os homens se fazem e sim na palavra, na ação, reflexão, e dizer a palavra não é privilégio de alguns homens e sim um direito de todos os homens. O papel do educador não é doar ou transmitir o conteúdo, nem falar sobre a sua visão do mundo ou tentar impor ao educador, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa cultura. Analisando as ideias de Paulo Freire, torna-se impossível destacar o grupo das necessidades de aprendizagem que devem ser contempladas sem que nenhuma delas fique negligenciada. Tais orientações sinalizam para o poder da educação do homem como um novo ser social, cuja evolução requer que se aprofunde de modo seguro, o desenvolvimento de projeto individuais e

coletivo. Entre os inúmeros desafios postos para o professor, podemos destacar a atualização profissional, a criatividade, a organização do trabalho pedagógico por meio da ação de planejar, a mediação do processo ensino aprendizagem, a relação interpessoal entre professor e aluno, bem como a parceria escola e família, lidar com todos estes desafios faz parte da profissão docente.

Percebe-se, portanto, que atualmente não está sendo fácil ao professor competir com tudo aquilo que o mundo fora da escola oferece aos alunos. O professor precisa abusar de sua capacidade de criação e ter consciência da necessidade de mudar sua prática pedagógica. Conforme Heerdt (2003), "Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar". Assim, o desafio está no fazer diferente o que diz respeito à ação docente, tendo claro que o professor não pode restringir a sua competência apenas aos conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas, a competência pedagógica que lhe proporcionará conhecimentos e domínios dos processos de ensino e aprendizagem. Para isso o professor deve reconhecer que a aula expositiva, verbalista, utilizada como única forma de interação do processo de ensino e de aprendizagem no ensino tradicional, já está ultrapassada. O aluno atual é esperto, curioso, sente prazer em investigar, em descobrir, não aceitando mais os conhecimentos prontos repassados pelo professor. A tarefa do professor está cada vez mais difícil. É chegada a hora de superar a reprodução e fragmentação dos conhecimentos. O professor precisa assumir seu papel de mediador, de facilitador do processo, instigando os alunos a pensar, a refletir, a pesquisar, conduzindo-os para a construção do conhecimento. A relação professor e aluno não poderiam ficar de fora, uma vez que é considerada de suma importância para todo o processo de construção do conhecimento, pois o clima de afetividade nesta relação pode contribuir para

que a aprendizagem ocorra em uma interação contínua. É comum, muitas vezes, os alunos encontrarem no professor aquilo que gostariam de encontrar em seus familiares, mas também pode trazer consequências desastrosas se o professor não souber conduzir esta situação de afetividade em sala de aula. A presença e participação da família durante todo o processo de aprendizagem é fundamental. Infelizmente é possível perceber que as famílias delegam somente à escola a responsabilidade pela educação de seus filhos, fazendo com que os professores, muitas vezes, se encontrem sozinhos neste processo, tendo que desenvolver vários papéis dentro da escola, o que acaba por influenciar em sua ação docente.

De acordo com Freire (1987):

A evolução cultural é continuação necessária da ação cultural dialógica que deve ser realizada no processo anterior à chegada ao poder, esta revolução toma a sociedade em reconstrução em sua totalidade, nos diversos fazeres dos homens, como campo de sua ação formadora.

A organização do trabalho escolar, pensada a partir de uma realidade de maneira suposta admitida, com cautela do perfil do aluno que se acomode em sua proposta pedagógica, admite então de ser funcional. Porém disponível para conhecer o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver, é forçada a reelaborar, sua abrangência, de costume a dar andamento a uma conversação incontestável, mas necessário para compreender o que tem a dizer neste novo momento da escola, em que o aluno exige que ela se aproprie de sua referências.

CONCLUSÃO

O trabalho com a diversidade está ligado à proposta de inclusão, que emerge como um grande desafio para a educação, pois, pensar em inclusão pressupõe uma série de fatores, principalmente os que dizem respeito aos alunos. O papel da escola não é protagonizar apenas um ato de leitura e de escrita. Dialogar também sobre a diversidade significa assumir um

protagonismo para promover o entendimento à sociedade sobre as diferenças culturais, sociais e políticas. A escola é um espaço democrático onde todos devem respeitar e entender a natureza da diversidade que compõe a sociedade. Há séculos a sociedade vem de um passado de emudecimento em relação à diversidade no Brasil. Os PCNs preocupam-se em estabelecer temas transversais para que, na prática, a escola, conforme seu contexto, possa incluir nos seus currículos a diversidade. Esse tema, no currículo e na prática escolar, deve ter em vista a formação de alunos como cidadãos para decidir e se posicionar diante das decisões que precisam tomar para, assim, intervir na sociedade. Embora teóricos da educação saibam lidar com estas questões sobre a diversidade, contudo, há uma distância considerável entre o que é discutido e prática diária em sala de aula. Nesse sentido, do ponto de vista da abordagem na escola, não há orientações de como lidar com preconceitos e a discriminação. Logo, todos os professores têm a sua frente o grande desafio de buscar respostas ao como debater a diversidade em sala de aula. Essa é uma questão prática que precisa ser respondida, no cotidiano tentar mostrar que as diferenças não são mais diferentes do que as dos outros.

Há cultura de boa qualidade e de má qualidade em todos os cantos do mundo. É uma questão por demais subjetiva. Todavia, se um determinado povo realiza aquilo que, por um secular processo de diferenciação histórico e social, encontra-se mais à vontade para confeccionar, e possui os meios à mão, a dedicação a tal finalidade traduzirá, provavelmente, algo de qualidade. Assim funciona também com a educação. Complicado falar em diversidade cultural em um país tão diverso, tão extenso e com tanta miscigenação. Incrível como, mesmo assim, as pessoas se excluem e excluem as demais. A palavra é realmente preconceito, ondede forma alguma poderia existir, já que somos tão distintos: negros, índios, brancos, albinos, ricos, pobres, gordos, magros, deficientes físicos, mentais, pessoas “normais”, entre outros.

Enfim, são diferenças das mais diversas e é exatamente nelas que encontramos a riqueza de toda uma população.

Em se tratando da realidade escolar brasileira sempre se percebe as nuances de racismo existentes até mesmo nas formas como os professores lidam com conceitos discriminatórios e, infelizmente, as políticas públicas ainda são institucionalmente incipientes.

O professor que nunca foi trabalhado na perspectiva de respeito à diversidade, que vive e foi educado, no decorrer de toda sua vida, com preconceitos raciais, com preconceitos financeiros, com preconceitos dos mais diversos, para não ser extremista e dizer, com todos os preconceitos, fica difícil combater o famigerado preconceito.

Precisa agora se abster de tudo que foi posto e armazenado em sua cabeça e tentar fazer diferente: trabalhar com as crianças em busca de ajudar, construir e formar cidadãos diferentes, que aceitem que as diferenças existem, mas que pode ser muito proveitoso se socializar com pessoas “diferentes”, que ser diferente não significa ser melhor ou pior, significa apenas ser diferente. Outra perspectiva, também, pode ser mostrar para a criança que não, necessariamente, a criança negra, por exemplo, é diferente daquela que é branca; mas que para a negra, ela, a branca, é diferente dela.

O cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial, um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar da escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente a cultura popular.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos os educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças

econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las. Nessa proposta educacional será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. O currículo prescrito até hoje divulgado deverá ser revisado e a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. A Escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

A realidade que se enfrenta hoje é perversa. Veem-se crianças miseráveis perambulando pelas ruas das grandes cidades, vêm-se pela TV e jornais o sofrimento de crianças afegãs, meninas sendo prostituídas no Brasil e na Ásia e em outros países, massacres que transformam a segurança dos poderosos em insegurança para todos. Ninguém exige respostas para tantas desgraças, mas é exigido de todos um comprometimento pessoal por uma humanidade mais justa e solidária. Curiosamente sempre se está procurando um culpado por todos esses problemas. Além disso, pode-se observar, no cotidiano, flagrantes e atitudes preconceituosas nos atos, gestos e falas. E, como não poderia ser diferente, acontece o mesmo no ambiente escolar.

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador. Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade respectivamente. Por isso, trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. A escola em que ele foi formado e na qual trabalha é reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta que dita às regras e determina o que deve ser transmitido aos alunos. Mas, se o professor for detentor de um saber crítico, poderá questionar esses valores e saberá extrair desse conhecimento o que ele tem de valor universal. A pequena quantidade de alunos negros, nas escolas, é resultado, na realidade, da desigualdade praticada pela

instituição escolar e pelo próprio processo de seu desenvolvimento educacional. Também a prática seletiva da escola silencia sobre as diferenças raciais e sociais, provocando a exclusão do aluno de origem negra, pobre, dos deficientes físicos e mentais e de outros.

Embora se saiba que seja impossível uma escola igual para todos, crê-se que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, pode-se deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente ao fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial.

A cultura de um povo há de ser também uma imersão profunda no vasto oceano da subjetividade. É necessário entrar no universo escolar disposto a enfrentar obstáculos variados, um deles é a questão da diversidade. Especialmente, na educação infantil, a quem se propuser, é natural encontrar rejeição de algumas crianças no sentido de enxergar o outro como diferente, no entanto tão importante quanto ela.

Logicamente, é impossível educar todos como iguais, mas se deve educar na diferença, com ressalvas às especificidades. E isto não é simplesmente respeitar a consciência negra, mas lutar pelo resgate das demais etnias, pois a educação já está encharcada de preconceitos. Nossas memórias vieram da África, temos o sangue africano em nossas veias, sejamos brancos ou negros. E que se estenda o respeito aos demais povos, a exemplo do índio, nosso habitante primeiro; às pessoas gordas, magras, altas, baixas, especiais, enfim aos nossos semelhantes.

Portanto, nada melhor do que começar acreditando que, de 0 a 6 anos, nessa faixa etária, onde tudo ainda está nos primeiros passos, talvez seja a época propícia para começar a calcar degraus necessários para a construção do respeito à diversidade cultural, tão necessária na sociedade como um todo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E.R; ESTEVES, L.C.G. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.
- BELELI, Iara. Marcas da Diferença no Ensino Escolar. São Carlos: UFSCAR, 2009;
- BRAGA, M. M. S. de C. S/d. Elementos de análise presentes no pensamento de Paulo Freire: por um currículo crítico-transformador. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT12-5675-Int.pdf>>. Acesso em: 14 julho. 2023.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5. Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.
- CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Formação de valores e seus dilemas. Revista: SESC- SP, São Paulo, v.1, n.1, p. 37-39, jul. 2023.
- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo Barreiras para a aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 70, 75, 106, 111, 120, 174.
- DAMASCENO JÚNIOR, V. de P. 2010. Respeitando as diferenças. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/pensamentos/2275901>>. Acesso em: 28 de julho. 2023.
- DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GOMES, Luis Antonio. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 116.
- GOULART, Í. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. Como Educar Hoje? reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo : Mundo e Missão, 2003.
- MARTINS, A. R. Diversidade sempre, desde a Educação Infantil. Revista Nova Escola. Ano XXIV, nº 219, jan/fev, 2009.
- MACHADO, M. C. Políticas para diversidade e inclusão. 2009. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/pensamentos/2275901>>.. Acessado em: 12 jul. 2023
- PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das intenções às ações. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 20.
- SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: 2001.
- SOUZA, P. R. 1998. Ao Professor de Educação Infantil. In: Referencial Curricular para Educação Infantil. Disponível em: < Curricular-Nacional/>. Acesso em: 21 julho. 2023
- SOUZA, P. R. 1998. Ao Professor de Educação Infantil. In: Referencial Curricular para Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/44035-RCN-Referencial-Curricular-Nacional/>>. Acesso em: 21 julho. 2023
- VINHA, T. P. 1999. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/44035-RCN-Referencial-Curricular-Nacional/>>. Acesso em: 25 julho. 2023.

Revista a EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

59
AN 2021
ISSN 2675-2573

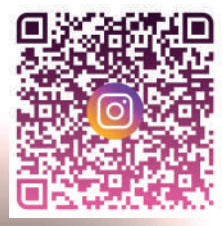
FESTIVAL DE TEATRO AMADOR
ELIETE FERNANDES

LANÇAMENTO
ESPECIAL

www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.59>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriano Kiaku Mbuta Afonso Tunga
Angélica Rodrigues Valentin
António da Silva Bige
Bernarda Domingos Martins
Cristina Sena da Conceição
Edson da Conceição Graça
Elisete Vicente da Silva Oliveira
Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
Francisco de Assis e Nelito António
Girlene Nascimento da Silva Mantovani
José Campos Kifuba
Juliana da Silva Oliveira
Juliana Guimarães de Sousa
Lígia Sandra Luquessa Nzandi
Luzinete Bispo dos Santos
Marcelo Santos de Mascarenhas
Maria Aparecida da Silva
Mariangela de Jesus Chagas
Marilena Wackler
Mbengui Nzinga Daniel
Mirella Clerici Loayza
Muxima Ribeiro Joaquim Faustino
Solange Aparecida Silva
Tânia Maria Pereira Castro
Thaís Maranhão Pereira Rodrigues
Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

